

Dívida: possível o ^{Externa}acordo provisório

16 OUT 1987

por Paulo Sotero
de Washington

Sob a crescente pressão do prazo fixado pelas autoridades bancárias dos EUA para decidir uma possível reclassificação dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil, representantes do governo brasileiro e dos bancos credores intensificaram ontem os preparativos para a busca de um entendimento que, a curto prazo, evite uma deterioração ainda maior de suas relações e abra o caminho para a negociação, mais à frente, de um acordo.

Fontes financeiras indicaram a este jornal que o objetivo imediato da rodada de negociações que se inicia hoje em Nova York é a negociação de um acordo que cubra, pelo menos, uma parte dos juros não pagos desde a decretação da moratória, em fevereiro passado, de modo a colocar os atrasados abaixo da barreira dos 180 dias. Os banqueiros disseram que a declarada disposição do governo brasileiro de fazer um pagamento de juros contribuiria para esse acordo. "A dúvida é o que o Brasil pedirá em troca do pagamento", declarou o

executivo de um grande banco.

As mesmas fontes admitiram, contudo, que vários grandes bancos norte-americanos, sentindo os efeitos da aproximação do dia 26, mudaram de posição e estariam dispostos a considerar, já, um acordo provisório, que cubra as obrigações de 1987.

Tendo esses dados e a complexa conjuntura política brasileira como pano de fundo, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, esteve no início da tarde de ontem no Departamento do Tesouro, em Washington, para conseguir obter o apoio do governo norte-americano para as posições que o Brasil defenderá a partir de hoje, em Nova York. Na próxima segunda-feira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, deve juntar-se às discussões com os credores, que poderão prolongar-se por toda a semana.

Acompanhado pelo embaixador do Brasil nos EUA, Márcilio Marques Moreira, e pelo diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, Bracher conversou durante mais de uma hora com David Mul-

ford, secretário do Tesouro-adjunto para assuntos internacionais e principal assessor do secretário do Tesouro, James Baker III, para a questão da dívida. Baker considera uma eventual reclassificação do crédito brasileiro como um ponto de não retorno, que uma vez ultrapassado, tornará a gerência da questão da dívida ainda mais difícil do que já é. Por isso, ele tem colocado forte pressão, tanto sobre o Brasil quanto sobre os bancos, para que as duas partes cheguem a um acordo. Significativamente, na última terça-feira ele pediu ao Conselho de Política Econômica da Casa Branca, que ele preside, um adiamento por duas semanas — até o dia 27 de outubro — da discussão de uma recomendação feita por uma comissão interministerial do segundo escalão no sentido de reabrir uma ação contra a política brasileira de informática e impor sanções comerciais contra o Brasil, atendendo a uma queixa da empresa Microsoft.

Paralelamente ao encontro de Bracher com Mulford, o comitê de bancos reuniu-se ontem, pelo segundo dia consecutivo,

(Continua na página 19)

Dívida: possível o acordo...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

em Nova York, para se preparar para a discussão com o governo brasileiro. Uma fonte do comitê disse a este jornal que "a preocupação principal dos bancos", neste momento, é a ameaça de reclassificação do crédito brasileiro pela Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), o organismo do governo dos EUA que supervisiona a qualidade do portfólio de empréstimos internacionais dos bancos do país. "O comitê encara a decisão do ICERC com seriedade e espera que as autoridades brasileiras entendam que existe um interesse comum, do Brasil e dos bancos, em evitar a reclassificação", afirmou o banqueiro. Ele acrescentou que "um pagamento de juros" pelo governo brasileiro é o primeiro passo para afastar a ameaça da reclassificação. Caso esta ocorra, os bancos norte-americanos, que detêm cerca de US\$ 23 bilhões, ou um terço da dívida brasileira a credores privados, terão de fazer um provisionamento de reservas específicas, equivalente a 10% de sua "exposure" no país.

De acordo com um alto executivo de um banco de Nova York, o principal obstáculo para um entendimento "continua ser a falta de consenso político no Brasil, sobre o que fazer com a dívida e com a economia". O banqueiro reconheceu que não há consenso também entre os credores — os bancos europeus, por exemplo, que tradicionalmente têm uma posição de reserva mais forte do que os bancos norte-americanos, contra risco no Terceiro Mundo, não têm razão para embarcar num acordo feito a toque de caixa. "Mas o consenso entre os bancos apareceria rapidamente se a situação ficasse um pouco mais clara no Brasil", afirmou. Essa análise é amplamente compartilhada na comunidade bancária. "Não existem, neste momento, no Brasil, as condições para que se faça um acordo baseado nos princípios que os bancos apresentaram ao governo, no último dia 2", disse um executivo de um outro grande banco. Entre esses princípios estão a normalização dos pagamentos de juros, como um ato unilateral do governo brasileiro, a adoção de um programa econômico genuíno e a vinculação dos desembolsos de novos empréstimos dos bancos aos desembolsos de empréstimos com condicionalidades obtidos junto a organismos oficiais multilaterais. Respondendo a indagações de vários bancos, o comitê distribuiu à comunidade financeira, na madrugada de ontem, o texto de duas páginas, contendo esses princípios, que entregou ao governo há duas semanas.

De qualquer maneira, os próximos dias "serão de muita agitação", assinalou um banqueiro. "Se a agita-

ção não resultar num acordo, dará pelo menos a impressão de movimento, e isso pode ser importante para a decisão do ICERC", acrescentou o banqueiro, que não se alinha na coluna dos otimistas. Como parte do movimento, o comitê de bancos decidiu aceitar um convite do governo brasileiro e despachará para Brasília, neste fim de semana, o seu time de econo-

mistas, chefiado por Douglas Smee, do Bank of Montreal, com o objetivo de discutir as projeções econômicas do Banco Central para 1988 e 1989. Paralelamente às reuniões do comitê, deverão ocorrer, a partir do fim de semana, vários encontros de seis subgrupos de trabalho formados para explorar possíveis pontos de entendimentos nas áreas de empréstimo,

co-financiamento, conversão de dívida, securitização e das linhas de crédito de curto prazo. A existência formal desses subgrupos parece derivar mais do esforço coreográfico que as negociações envolvem desta vez, para, como disse o banqueiro, "dar a impressão de que há movimento". Na verdade, eles são constituídos, em sua maioria, pelas mesmas pessoas.